



**RESUMO EXECUTIVO**  
**ZONEAMENTO**  
**ECOLÓGICO-ECONÔMICO**  
**DO ESTADO DE SÃO PAULO (ZEE-SP)**

**Dezembro de 2022**

## INTRODUÇÃO

Com cerca de 45 milhões de habitantes, o estado de São Paulo concentra mais de 20% da população nacional e se destaca pelo seu desempenho econômico e pela diversidade de negócios, atividades e recursos naturais. Diante da complexa gama das expectativas de desenvolvimento e dos desafios para melhoria dos aspectos ambientais e socioeconômicos, é necessário planejar o território e promover a articulação entre os níveis de governança, as políticas setoriais, os investimentos públicos e privados e as diversas demandas sociais, visando mediar conflitos e potencializar as sinergias no território.

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento técnico e político de ordenamento e gestão do território que fornece subsídios à elaboração e implementação de políticas públicas, ao licenciamento ambiental e à tomada de decisão por entes públicos ou privados. No estado de São Paulo, se pauta em cinco diretrizes estratégicas: Resiliência às Mudanças Climáticas (D1), Segurança Hídrica (D2), Salvaguarda da Biodiversidade (D3), Economia Competitiva e Sustentável (D4) e Redução das Desigualdades Regionais (D5). A partir da elaboração do diagnóstico e do prognóstico do estado segundo as cinco diretrizes estratégicas, o ZEE-SP identifica potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas e subdivide o território em zonas com características similares, para as quais são endereçadas diretrizes aplicáveis para o alcance de seus objetivos.

A coordenação do processo de elaboração do ZEE-SP é exercida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), por meio da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA), responsável pela articulação institucional e pela consolidação dos subsídios técnicos junto à Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE-SP). Um dos pressupostos do instrumento é que ele se constitua em bases participativas, com o envolvimento de extensa gama de atores governamentais e não governamentais. Desta forma, o ZEE-SP que ora se apresenta é fruto de um amplo processo de discussão com representantes de secretarias de estado, dos municípios e de entidades representativas da sociedade civil, a partir da realização de reuniões, oficinas regionais, mesas de diálogo e audiência pública, além de reuniões plenárias do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) e da respectiva Comissão de Políticas Públicas.

O objetivo deste documento é descrever as premissas do ZEE-SP, o seu embasamento legal, o apoio técnico contratado para a sua elaboração, a metodologia de trabalho adotada, os principais produtos desenvolvidos, os pressupostos para a sua implementação e o processo participativo ocorrido durante a sua concepção, bem como aquele previsto para a fase de implementação. Além deste documento, um conjunto de relatórios e notas técnicas constituem o ZEE-SP, a saber:

- Nota Técnica sobre as Cartas Síntese para o estado de São Paulo;
- Levantamento Socioeconômico para o Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de São Paulo;
- Nota Técnica sobre os Cenários para o estado de São Paulo, horizonte 2040;
- Nota Técnica sobre as Projeções Climáticas para o estado de São Paulo, ano base 2040;
- Nota Técnica sobre a Análise Integrada do estado de São Paulo;

- Nota técnica sobre a RedeZEE-SP;
- Zoneamento e Diretrizes Aplicáveis para o Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de São Paulo.

Este material é complementado, ainda, pelo Decreto Estadual nº 67.430, de 30 de dezembro de 2022, que institui o ZEE-SP, e pelo mapa que apresenta as Zonas de Gestão.

## 1. PREMISSAS

O Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento técnico e político de planejamento e ordenamento territorial, previsto na Política Nacional e Estadual do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981 e Lei Estadual nº 9.509/1997) e na Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Estadual nº 13.798/2009), que estabelece diretrizes de ordenamento e gestão do território, considerando as características ambientais e a dinâmica socioeconômica das diferentes regiões do território. No estado de São Paulo, sua elaboração é norteada por cinco diretrizes estratégicas, que foram estabelecidas com base em uma análise das principais demandas e desafios ambientais e socioeconômicos enfrentados no estado, bem como na identificação de oportunidades de desenvolvimento. São elas: Resiliência às Mudanças Climáticas (D1), Segurança Hídrica (D2), Salvaguarda da Biodiversidade (D3), Economia Competitiva e Sustentável (D4) e Redução das Desigualdades Regionais (D5).



A diretriz de Resiliência às Mudanças Climáticas busca um estado com baixa vulnerabilidade ambiental e social e capacidade de prevenção e resposta às situações de riscos e desastres.



A diretriz de Segurança Hídrica objetiva a garantia de oferta de água em quantidade e qualidade aos diferentes usos ao longo do tempo.



A diretriz de Salvaguarda da Biodiversidade visa a proteção, conservação e restauração dos biomas e ecossistemas associados, para assegurar a sustentabilidade da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos.



A diretriz de Economia Competitiva e Sustentável prevê a identificação das conexões positivas entre recursos ambientais e atividades econômicas, de forma a consolidar, fomentar e dinamizar economias.



A diretriz de Redução das Desigualdades Regionais visa a melhoria do acesso a bens e serviços, programas e políticas públicas que promovam a qualidade de vida e reduzam os desequilíbrios regionais.

Essas diretrizes estratégicas têm sido utilizadas como recorte temático na elaboração do ZEE-SP e, de maneira geral, guardam conexão com as principais agendas mundiais voltadas à sustentabilidade: adaptação às mudanças climáticas, implementação da Agenda 2030 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS), práticas empresariais ESG (Environmental,

Social and Governance) etc. Em relação à agenda 2030, por exemplo, as diretrizes estratégicas do ZEE-SP são associadas a praticamente todos os 17 ODS, mais destacadamente, às metas vinculadas aos ODS 6 (Água Potável e Saneamento), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades), 13 (Ação Global Contra a Mudança do Clima), 14 (Vida na Água) e 15 (Vida Terrestre). Além disso, vários dos indicadores trabalhados no ZEE-SP possuem relação direta com os indicadores nacionais de monitoramento da Agenda 2030 e possibilitarão avaliar, em conjunto, os caminhos trilhados em prol de um desenvolvimento social, econômico e ambiental mais equilibrado.

O ZEE-SP tem como principais objetivos subsidiar a formulação de políticas públicas, orientar os investimentos públicos e privados em consonância com diretrizes estratégicas de desenvolvimento sustentável e fortalecer a adoção de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Como objetivos específicos o ZEE-SP pretende estabelecer diretrizes para o desenvolvimento territorial sustentável, resultantes dos processos de participação pública, articulação institucional e identificação das demandas setoriais; instituir uma Plataforma Integrada de Planejamento e Gestão do Território, denominada RedeZEE-SP, composta por base de informação territorial atualizada e compartilhada em ambiente virtual para análises espaciais estratégicas; dar suporte à integração de políticas setoriais; propiciar maior eficiência aos processos de fiscalização, compensação, recuperação, restauração e licenciamento ambientais; promover maior eficácia nos processos de tomada de decisão e na aplicação dos investimentos públicos e privados; e garantir transparência da administração pública no processo de planejamento e gestão territorial.

Baseado na estratégia de compartilhamento de informações atualizadas continuamente, o ZEE-SP oferece uma oportunidade para a construção de uma visão pactuada sobre o desenvolvimento sustentável paulista em escala regional, em caráter estratégico e multitemático, subsidiando a formulação de políticas públicas e o planejamento de investimentos.

A coordenação do processo de elaboração do ZEE-SP é exercida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, responsável pela articulação institucional e pela consolidação dos subsídios técnicos junto à Comissão Estadual do ZEE-SP (CEZEE-SP). A CEZEE-SP, instituída pelo Decreto Estadual nº 64.256/2019 e composta por doze pastas da administração pública estadual, é responsável por acompanhar a elaboração, contribuir com subsídios técnicos e referendar a proposta de zoneamento. A participação dos setores e entidades representativas da sociedade civil e dos municípios é prevista ao longo de todo o processo, na forma de consultas à sociedade, articuladas preferencialmente junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), e às entidades e instituições representativas.

## **2. EMBASAMENTO LEGAL**

Em âmbito nacional, a primeira referência legal que se tem em relação ao ZEE é identificada na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981), que estabeleceu entre seus instrumentos o Zoneamento Ambiental. A partir de então, diversas experiências de elaboração de zoneamentos foram realizadas, inicialmente na região da Amazônia Legal e, posteriormente, em outros estados brasileiros. As experiências iniciais contribuíram para a

concepção de uma metodologia para a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico, materializada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2001 no documento intitulado “Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Território Nacional”.

A regulamentação do processo de implementação do ZEE em território nacional como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente se deu com o Decreto Federal nº 4.297, em 2002, que referendou as “Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Território Nacional”. O decreto estabeleceu critérios, objetivos, diretrizes e princípios para formulação e implementação do zoneamento, reafirmando seu papel na organização do território, mediante orientação de planos, obras e atividades públicas e privadas.

Em âmbito estadual, o Zoneamento Ambiental foi tratado pela Política Estadual do Meio Ambiente (Lei Estadual nº 9.509/1997), que reafirmou o planejamento e o zoneamento ambiental como um de seus princípios. Em 2009 foi aprovada a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) pela Lei Estadual nº 13.798/2009, na qual o estado se comprometeu a implantar o ZEE no estado de São Paulo. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 55.947/2010, posteriormente atualizado pelo Decreto Estadual nº 66.002/2021, no que dispõe sobre o ZEE do estado de São Paulo, conforme tratado adiante.

Em 2012, o “novo Código Florestal” (Lei Federal nº 12.651/2012) reforçou a necessidade de formulação do Zoneamento Ecológico-Econômico e determinou o prazo de cinco anos para que os estados o elaborem. Complementarmente, o Decreto Estadual nº 61.792/2016, que regulamenta a Lei Estadual nº 15.684/2015 sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), definiu que a localização das áreas de Reserva Legal deve considerar as áreas indicadas no ZEE para a conservação da biodiversidade e para a execução de projetos de recomposição ambiental.

Para dar prosseguimento aos trabalhos do ZEE foi criado, por meio da Resolução SMA nº 14/2016, o Grupo de Trabalho do Sistema Ambiental Paulista (GT-SAP-ZEE), responsável pela coordenação e o desenvolvimento de atividades relativas à formulação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo. Este grupo contou com a participação de mais de 130 técnicos subdivididos nos seguintes grupos temáticos: Água, Ar, Biodiversidade, Clima, Solo, Socioeconomia, Demografia e Infraestrutura, Políticas Públicas, Metodologia, Mobilização Social e Serviços Ecossistêmicos.

Em 2019, outro passo institucional importante foi dado pelo estado de São Paulo, com a publicação do Decreto Estadual nº 64.526/2019, que instituiu a CEZEE-SP. A Comissão tem as atribuições de acompanhar e contribuir com subsídios técnicos para a elaboração do instrumento, apreciar e referendar a proposta de ZEE-SP e acompanhar a sua implementação. É composta por 12 Pastas: Secretaria de Governo, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria da Justiça e Cidadania, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Logística e Transportes, Secretaria de Transportes Metropolitanos, Secretaria da Habitação, Secretaria da Saúde, Secretaria de Turismo e Casa Militar e Defesa Civil.

Em 2021, mais dois decretos relevantes e relacionados ao ZEE-SP foram promulgados: o Decreto Estadual nº 65.881/2021, que dispõe sobre a adesão às campanhas “Race to Zero” e “Race to Resilience” no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e o Decreto Estadual nº 66.002/2021, que dispõe sobre a elaboração, a implementação,

o acompanhamento e a revisão do ZEE-SP. O último determina que a instituição do ZEE-SP deve se dar por decreto e que sua revisão ocorrerá com periodicidade de dez anos, conforme estipula a Lei da PEMC. Determina, ainda, que os processos de elaboração e revisão das políticas públicas estaduais, assim como os processos de fiscalização, compensação, recuperação, restauração e licenciamento ambientais, deverão considerar as diretrizes e as estratégias apresentadas pelo ZEE-SP.

### **3. APOIO TÉCNICO CONTRATADO PARA O ZEE-SP**

Os recursos destinados à elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo estão vinculados a programas específicos voltados aos instrumentos de planejamento ambiental do Plano Plurianual (PPA) desde 2012 e, em maior vulto, ao contrato de empréstimo 8272-BR, de 24/09/2013, firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Com recursos próprios, foi contratada a Fundação SEADE, para a produção de painel de indicadores para caracterização e monitoramento da dinâmica socioeconômica do Estado de São Paulo, em 2017.

O contrato firmado com o BIRD tem como órgão executor o Departamento de Estradas e Rodagem (DER), com a colaboração da Secretaria de Logística e Transporte (SLT), da SIMA, da Secretaria de Governo (SG), da Secretaria da Fazenda e Planejamento (SEFAZ) e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), integrando a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), o Plano Diretor de Logística e Transportes e o Programa de Prevenção de Desastres Naturais.

A partir do Decreto Estadual nº 60.651, de 15/07/2014, foi instituído o Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente na SIMA, com o objetivo de contribuir para a melhoria da eficiência do transporte e da logística e da segurança do Estado de São Paulo e, ao mesmo tempo, apoiar o planejamento do uso do solo e da gestão territorial integrada, aperfeiçoar o monitoramento e a fiscalização ambiental e implementar ações visando a redução de riscos de desastres naturais.

O programa se sustenta em 3 componentes, e o Zoneamento Ecológico-Econômico integra o sub-componente 2.1. – Apoio ao planejamento sustentável de uso da terra e de gerenciamento territorial (SEFAZ e SIMA/CPLA), na perspectiva de fornecer orientação para investimentos públicos e estratégias de desenvolvimento. No âmbito desse projeto, foram realizadas as seguintes contratações, executadas entre 2015 e 2020: consultoria para caracterização da dinâmica de ocupação do território; consultoria especializada para desenvolvimento de proposta metodológica aplicada ao ZEE-SP; contratação de suporte operacional à construção da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico para o Estado de São Paulo e contratação de serviços de consultoria para evolução da arquitetura e da plataforma tecnológica do DATAGEO para a construção de ambientes virtuais de análise territorial versada em rede (RedeZEE-SP).

Destaca-se a importância da destinação de recursos para o projeto ZEE-SP, para viabilizar a implementação e a manutenção da RedeZEE-SP e das estratégias de articulação com a CEZEE-SP, mesas de diálogo, visitas técnicas e capacitações, entre outras atividades necessárias à

disseminação e apropriação do instrumento. Além disso, devem ser destinados recursos para o desenvolvimento/implementação de planos, programas e projetos das demais Secretarias de Estado que estejam consoantes às diretrizes estratégicas, aos objetivos e às diretrizes aplicáveis do ZEE-SP.

#### 4. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E PRODUTOS

O documento “Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Território Nacional” (MMA/SDS, 2006), mencionado acima, bem como a fundamentação conceitual estabelecida por Bertha Becker e Cláudio Egler (SAE/PR; MMA, 1997), serviram de base para a elaboração da metodologia para a formulação do ZEE no estado de São Paulo. Esse documento define as diretrizes metodológicas e os procedimentos operacionais mínimos para elaboração e implementação do ZEE, subdividindo a sua execução em quatro fases de trabalho: planejamento, diagnóstico, prognóstico e subsídios à implementação.

A fase de planejamento constitui o ponto de partida para orientar as articulações político-institucionais necessárias à viabilização do projeto, incluindo a identificação de demandas técnicas, financeiras, institucionais e sociais, bem como a mobilização dos recursos financeiros e humanos necessários à sua execução. A fase de diagnóstico realiza o levantamento e a correlação de dados, assim como a consecução de sínteses analíticas que atendam aos objetivos estabelecidos na fase de planejamento. A fase de prognóstico elabora, a partir da correlação das informações, a situação atual e os cenários tendenciais e desejados, as unidades integradas e as zonas de planejamento. A fase de implementação inclui a consolidação de um sistema de apoio à gestão que propicie, dentre outros, a atualização e a disseminação contínuas das informações, a execução das estratégias de desenvolvimento estabelecidas pelo ZEE e um monitoramento contínuo da situação das zonas. As principais atividades do Projeto ZEE Brasil e suas articulações estão materializadas na Figura 1:

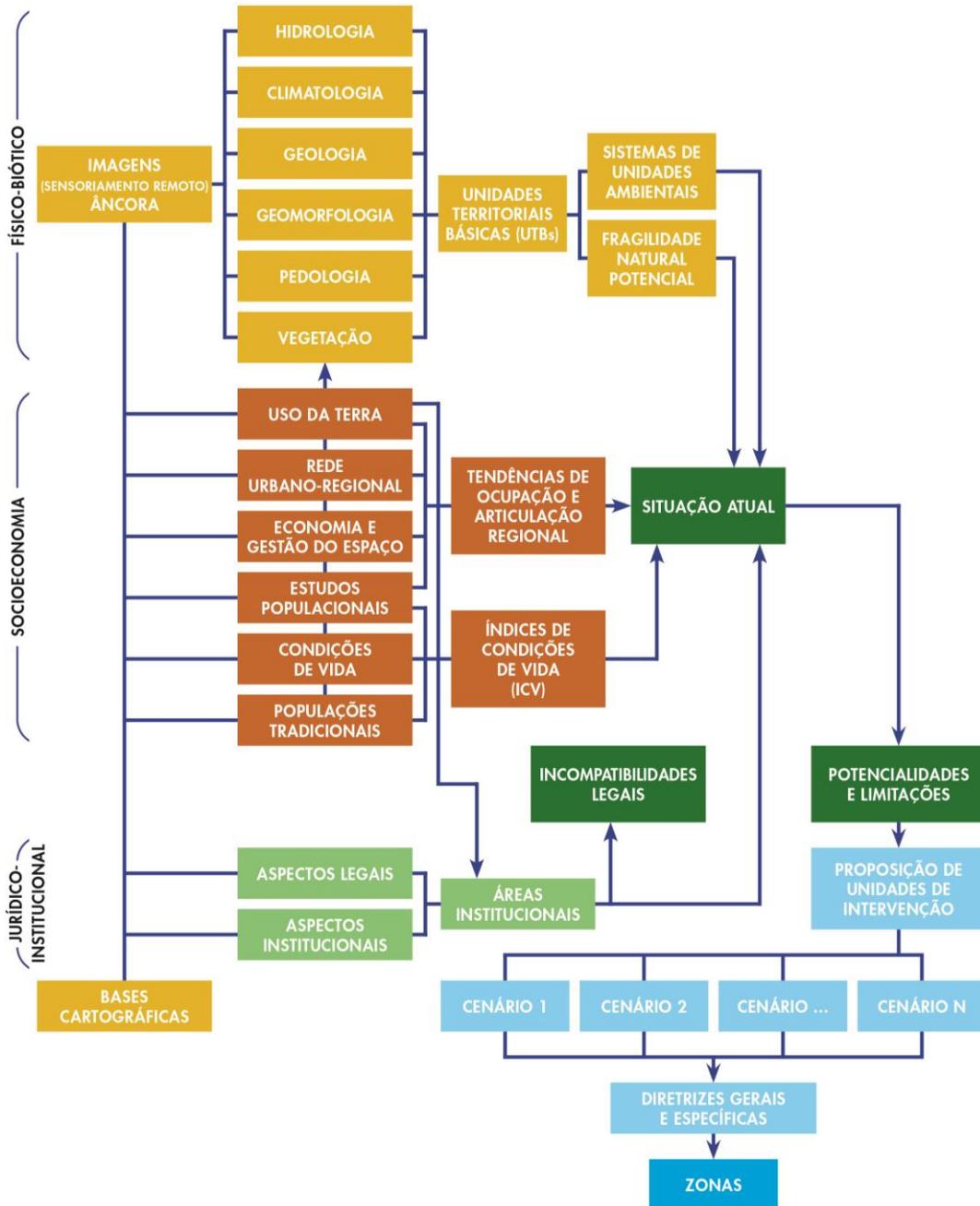
**FIGURA 1. ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO E ATIVIDADES PREVISTAS PARA A FORMULAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO ZEE NO TERRITÓRIO NACIONAL**



Fonte: MMA (2006), adaptado por SIMA (2022).

As iniciativas regionais e estaduais de ZEE devem adotar as diretrizes gerais do Projeto ZEE Brasil, embora possam orientar outros níveis de detalhamento, na indicação de áreas prioritárias, no gerenciamento de bacias e sub-bacias hidrográficas, no diagnóstico de unidades de conservação e no subsídio a planos setoriais de gestão. Os procedimentos técnico-operacionais dos projetos regionais e estaduais de ZEE estão representados no fluxograma da Figura 2, abaixo, evidenciando os temas básicos, as sínteses intermediárias do diagnóstico, as sínteses para interpretação das potencialidades e limitações, os prognósticos e as indicações legais e programáticas.

**FIGURA 2. PROCEDIMENTOS TÉCNICO-OPERACIONAIS PARA O ZEE DO TERRITÓRIO NACIONAL**



Fonte: MMA (2006), adaptado por SIMA.

Tal qual estabelecido nas “Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Território Nacional”, a metodologia de elaboração do ZEE-SP se estruturou nas etapas de planejamento, diagnóstico, prognóstico e subsídios à implementação, descritas a seguir, com as adaptações necessárias ao contexto paulista e às suas especificidades.

### **Planejamento**

A etapa de planejamento foi um estágio de preparação do processo, incluindo a definição dos objetivos e das diretrizes estratégicas, a construção de articulações institucionais, a mobilização de recursos técnicos e financeiros, a pesquisa bibliográfica e a estruturação da base de dados necessária à formulação e à implementação do ZEE-SP (Base de Informação Territorial / RedeZEE-SP). Nesse sentido, na etapa de planejamento foram definidas as cinco diretrizes estratégicas que estruturam o ZEE-SP: Resiliência às Mudanças Climáticas (D1), Segurança Hídrica (D2), Salvaguarda da Biodiversidade (D3), Economia Competitiva e Sustentável (D4) e Redução das Desigualdades Regionais (D5). Essas cinco diretrizes, consideradas como grandes objetivos do ZEE-SP, serviram de baliza para o desenvolvimento de todas as etapas subsequentes de elaboração do instrumento.

Também nesta etapa foi instituído o Grupo de Trabalho no âmbito do Sistema Ambiental Paulista – GT-SAP-ZEE, com o objetivo de coordenar o desenvolvimento do diagnóstico e de outras etapas do ZEE-SP. O GT-SAP-ZEE reuniu mais de 130 técnicos e dirigentes dos diversos órgãos da administração direta e indireta do sistema, subdivididos nos Grupos Temáticos (GTs) Água, Ar, Biodiversidade, Clima, Solo, Socioeconomia, Demografia e Infraestrutura, Políticas Públicas, Metodologia, Mobilização Social e Serviços Ecológicos. Estes GTs atuaram na identificação e sistematização de dados, informações e indicadores para constituir a Base de Informação Territorial (BIT), na criação de subsídios para a definição da metodologia de elaboração do instrumento, na construção da estratégia de participação social e no estabelecimento de critérios para contratação de consultorias de suporte ao trabalho.

Também na etapa de planejamento houve a mobilização de recursos próprios e também junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com a contratação de consultorias especializadas para a caracterização da dinâmica de ocupação do território, para o desenvolvimento de proposta metodológica aplicada ao ZEE-SP e para dar o suporte operacional à construção da proposta do ZEE-SP, conforme apontado. Além disso, foram realizados seminários e mesas redondas com o objetivo de aprimorar a construção da metodologia do instrumento e de sua operacionalização, como o “Seminário Zoneamento Ecológico Econômico - Base para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo”, a mesa redonda “O Processo de Construção do Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil: estudos de caso”, com a participação de representantes dos estados de Minas Gerais, Paraná e do Distrito Federal, e o “Seminário Zoneamento Ecológico-Econômico: Reflexões sobre Licenciamento Ambiental e Ordenamento Territorial”, com técnicos do Sistema Ambiental Paulista. Todas estas atividades possibilitaram o desenvolvimento das etapas subsequentes de trabalho.

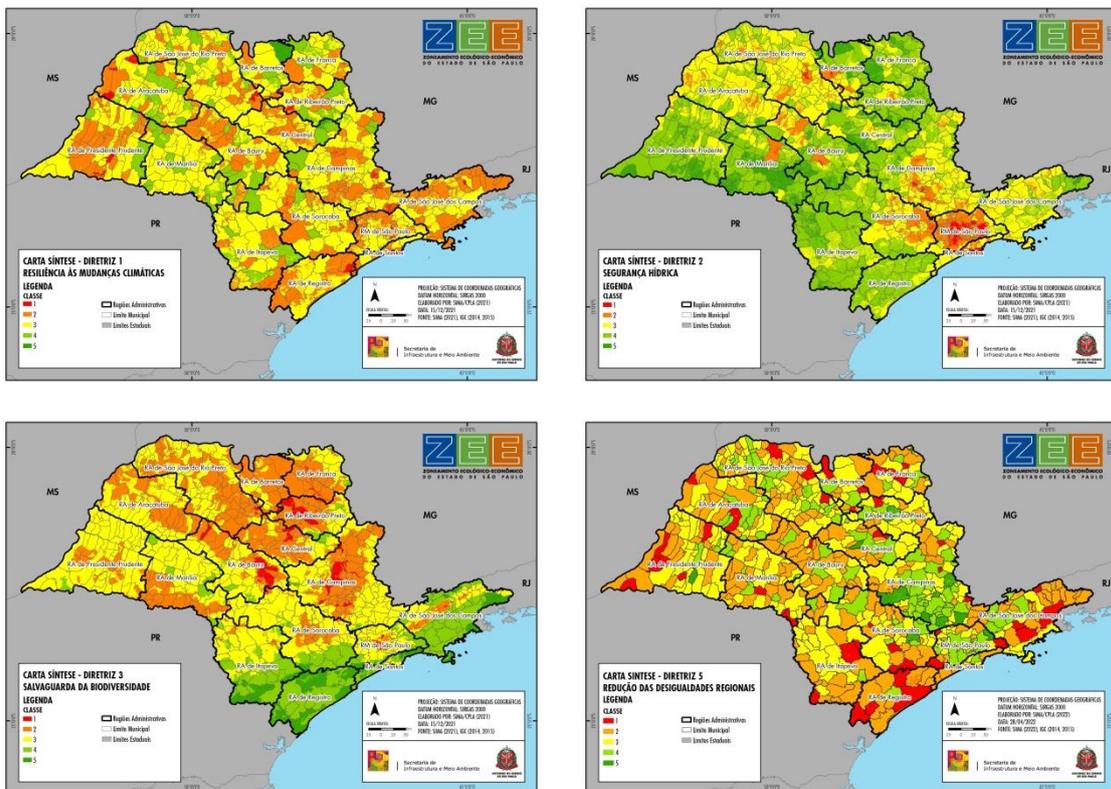
### **Diagnóstico**

O diagnóstico do ZEE-SP partiu do levantamento e da sistematização de dados, indicadores e informações das três dimensões apontadas nas Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Território Nacional (meio físico-biótico, socioeconomia e aspectos jurídico-institucionais), com

o objetivo de caracterizar as potencialidades e as vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas do estado. Nesse sentido, buscou retratar a situação do estado de São Paulo em relação ao recorte das cinco diretrizes estratégicas que balizam o projeto ZEE-SP, a partir da elaboração de cartas síntese para as diretrizes de Resiliência às Mudanças Climáticas (D1), Segurança Hídrica (D2), Salvaguarda da Biodiversidade (D3) e Redução das Desigualdades Regionais (D5), e de um relatório técnico para a diretriz de Economia Competitiva e Sustentável (D4).

As cartas síntese são resultado do cruzamento espacial de indicadores representados cartograficamente, retratando a situação do estado em relação às quatro diretrizes estratégicas mencionadas (Figura 3). As cartas síntese das diretrizes estratégicas D1, D2 e D3 estruturam-se nas dimensões “situação atual”, “pressão” e “capacidade de resposta”, ao passo que a carta síntese da D5 estrutura-se em fatores críticos de análise.

**FIGURA 3. CARTAS SÍNTESE DAS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS D1, D2, D3 E D5**



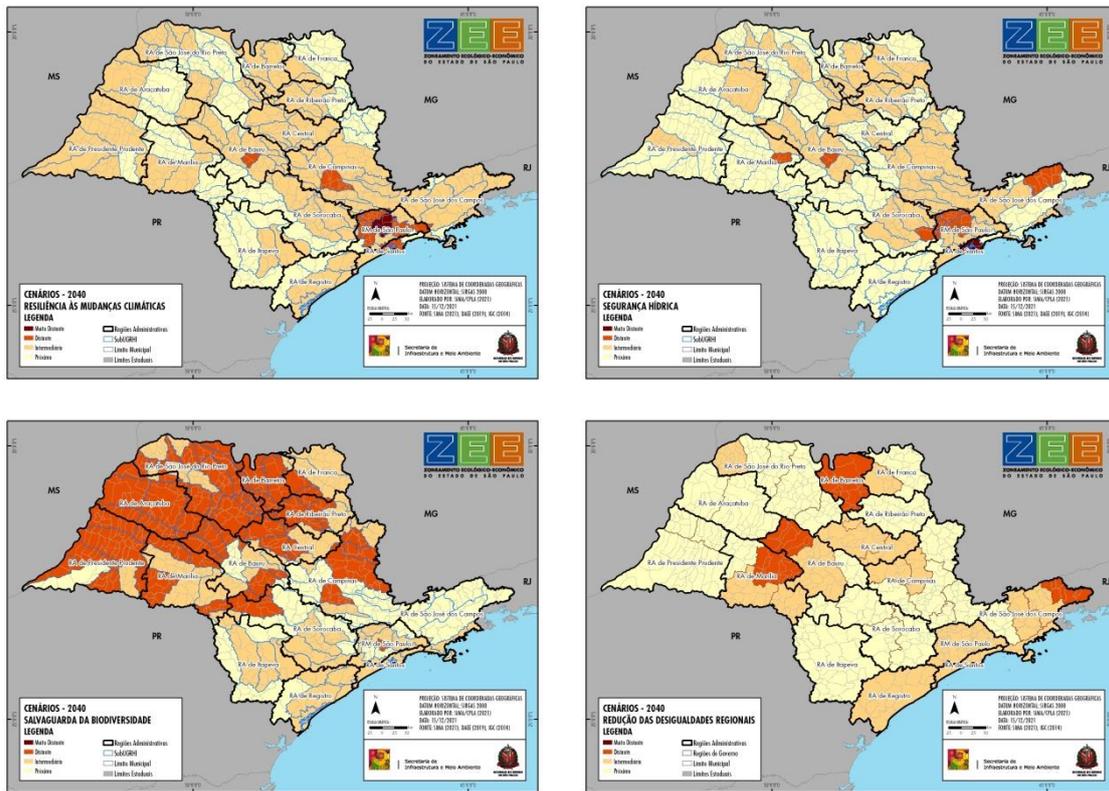
Fonte: SIMA (2022).

Para o diagnóstico da diretriz estratégica de Economia Competitiva e Sustentável, optou-se pela elaboração de um relatório, ao invés de carta síntese, pela limitação que esta traz para representar e sintetizar a economia diversa do estado de São Paulo e suas condições de competitividade e de sustentabilidade. Através da abordagem de temas relevantes, ou fatores críticos de análise, o relatório apresenta uma caracterização socioeconômica das diferentes regiões do estado e uma descrição das principais atividades econômicas das suas 16 Regiões Administrativas (RAs). Esse enfoque transversal contribuiu para sinalizar potencialidades e vulnerabilidades socioeconômicas do estado e, posteriormente, para traçar sua interface com as potencialidades e as vulnerabilidades ambientais.

## Prognóstico

A etapa de prognóstico identificou tendências de dinâmicas territoriais em longo prazo, a partir da elaboração de dois produtos distintos: os cenários e as projeções climáticas. Os cenários foram elaborados para as mesmas diretrizes estratégicas mapeadas nas cartas síntese, D1, D2, D3 e D5, e retratam a evolução tendencial de variáveis-chave para cada uma das diretrizes analisadas, no horizonte temporal de 2040 (Figura 4).

FIGURA 4. CENÁRIOS DAS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS D1, D2, D3 E D5



Fonte: SIMA (2022).

Já as projeções climáticas, realizadas em parceria com o CPTEC/INPE, analisam dez fatores ou elementos climáticos relacionados à temperatura e à precipitação no horizonte de 2020 a 2050, considerando o *Representative Concentration Pathways 8.5* (RCPs ou “Caminhos de Concentração Representativa”). As projeções climáticas constituem uma grande inovação do estado de São Paulo em relação ao tema e, juntamente com os cenários, constituem a lente de futuro do ZEE-SP. Tanto o diagnóstico como o prognóstico deverão ser atualizados a cada quatro anos.

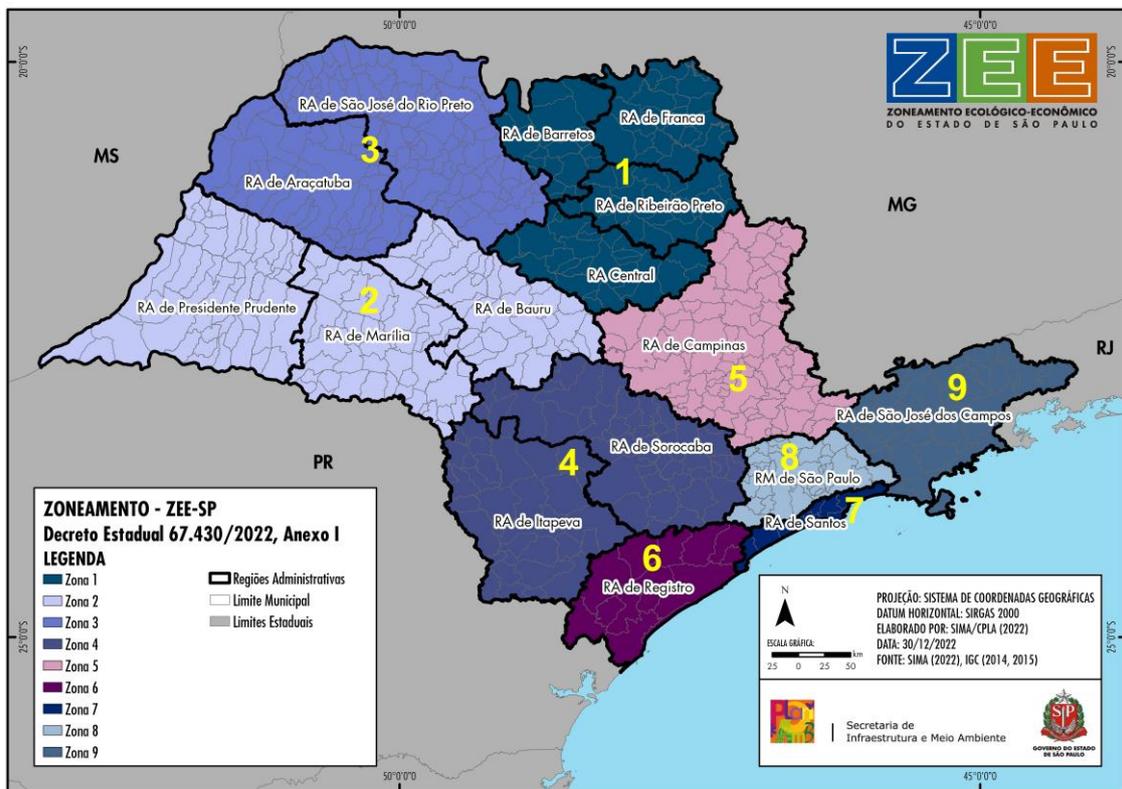
## Subsídios à implementação

Em subsídios à implementação, foi feita uma análise territorial integrada dos quatro produtos concebidos nas etapas anteriores, a saber, as cartas síntese, o relatório socioeconômico, os cenários e as projeções climáticas. A partir dessa análise, foram identificadas RAs ou grupos de RAs com similaridades ambientais e socioeconômicas, bem como os principais desafios enfrentados por cada uma delas. Juntamente com a leitura de planos setoriais e de políticas públicas existentes ou em processo de elaboração, os frutos da análise integrada deram

suporte para a proposição do zoneamento e das diretrizes aplicáveis para as zonas ecológico-econômicas.

O zoneamento é conformado por nove zonas de gestão, constituídas por RAs ou grupos de RAs com similaridades ambientais e socioeconômicas, para as quais são recomendadas diretrizes gerais e aplicáveis (Figura 5). O documento Zoneamento e Diretrizes Aplicáveis apresenta, além do zoneamento e das diretrizes gerais e aplicáveis, uma síntese da caracterização socioeconômica de cada uma das zonas, o resultado final das cartas síntese e dos cenários, o desempenho de indicadores, as características gerais das projeções climáticas e os principais desafios a serem enfrentados por cada uma delas. A análise integrada dos produtos do diagnóstico e do prognóstico será atualizada a cada quatro anos e dará subsídios à revisão do zoneamento e das diretrizes aplicáveis, a serem revistos a cada dez anos.

**FIGURA 5. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**



Fonte: SIMA (2022).

Ao longo de todo o processo de planejamento e de execução do diagnóstico e do prognóstico, ocorreu a estruturação da RedeZEE-SP, seja a partir da identificação e sistematização de dados, indicadores e informações estratégicas para compor a BIT, seja pela consolidação de um ambiente virtual de análise e de discussão. A RedeZEE-SP é uma Plataforma Integrada de Planejamento e Gestão do Território voltada para a gestão e integração de informações territoriais, que permite a articulação de dados e a integração de atores e temáticas ambientais e socioeconômicas. A RedeZEE-SP e sua Base de Informação Territorial serão continuamente atualizadas, respeitando a periodicidade de dados, indicadores e informações utilizados no ZEE-SP.

Também nas etapas de planejamento, diagnóstico, prognóstico e subsídios à implementação houve intensa participação de atores governamentais e não governamentais. Nesse sentido, cabe ressaltar a constituição e a ativação da Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE-SP) durante o período, proporcionando considerável aporte de informações essenciais à leitura das dinâmicas territoriais, incluindo aquelas referentes às políticas setoriais projetadas ou já em execução no estado de São Paulo. Além das inúmeras reuniões plenárias e bilaterais realizadas com os membros da CEZEE-SP ou do GT-SAP-ZEE, já mencionadas, também foram realizadas diversas oficinas regionais junto aos CBHs e mesas de diálogo com agentes públicos e privados. O processo de participação pública, que será detalhado no item 6, permitiu um aprimoramento do instrumento e a construção de uma visão pactuada sobre desenvolvimento sustentável.

## **5. IMPLEMENTAÇÃO**

Após as etapas de planejamento, diagnóstico, prognóstico e subsídios à implementação, terá início a etapa de implementação do instrumento, etapa fundamental para viabilizar o alcance das diretrizes estratégicas e das diretrizes aplicáveis propostas para as zonas ecológico-econômicas. Assim como as demais etapas do ZEE-SP, a implementação deverá contar com ampla articulação institucional e participação pública e se apoiar em um sistema de governança multitemático e multinível, ampliando a legitimidade do instrumento e possibilitando o alcance de seus objetivos. A implementação do ZEE-SP deve subsidiar a criação e revisão de políticas públicas, orientar o planejamento de investimentos públicos e privados e balizar processos de fiscalização, compensação, recuperação, restauração e licenciamento ambientais. O monitoramento deve se dar pelo acompanhamento da evolução dos produtos do ZEE-SP, da sua incorporação nas políticas públicas e na execução de investimentos, bem como da efetiva articulação institucional na implementação do instrumento, como se verá em seguida.

### **Articulação institucional e participação pública**

A estrutura de governança do ZEE-SP se apoia em diferentes fóruns regionais e setoriais, dentre os quais, o GT-SAP-ZEE, a Secretaria Executiva do ZEE-SP, a CEZEE-SP, os CBHs e o CONSEMA. Como apontado, o GT-SAP-ZEE reuniu mais de 130 técnicos e dirigentes dos diversos órgãos da administração direta e indireta que compõem a SIMA, diretamente envolvidos na elaboração do diagnóstico e do prognóstico do ZEE-SP. A Secretaria Executiva do ZEE-SP compõe esse GT, coordena os trabalhos e faz a articulação entre todos os envolvidos. Já a CEZEE-SP, formada por representantes de 12 secretarias de estado, é responsável por acompanhar e contribuir com subsídios técnicos para a elaboração e implementação do instrumento. Os fóruns regionais e setoriais são representados pelos CBHs e pelas mesas de diálogo, compostas por representantes do poder público municipal, de setores produtivos, de universidades, de institutos de pesquisa e de setores da sociedade civil. Por fim, o CONSEMA é a instância deliberativa do ZEE-SP que acompanha os processos de elaboração e de implementação do instrumento.

A participação pública ocorrida durante a elaboração da proposta do ZEE-SP contou com a realização de diversas reuniões com os técnicos do GT-SAP-ZEE, reuniões plenárias e bilaterais com os representantes da CEZEE-SP, além de reuniões regionais junto aos CBHs e de mesas de

diálogo com agentes públicos e privados, como será detalhado no item 6. A articulação institucional e a participação pública deverão ser mantidas durante a implementação do instrumento. Neste processo, a CEZEE-SP deverá se reunir anualmente em caráter ordinário e, a qualquer tempo, em caráter extraordinário, e elaborar relatórios periódicos sobre a inserção do ZEE-SP em suas políticas públicas setoriais. A Secretaria Executiva do ZEE-SP, por sua vez, deverá dar continuidade às mesas de diálogo com entidades e instituições representativas, articuladas preferencialmente junto aos CBHs, visando difundir o instrumento e acolher contribuições que promovam o seu aprimoramento. Por fim, o CONSEMA deverá acompanhar a implementação do ZEE-SP.

Além de contar com uma governança que possibilite a articulação institucional e a participação pública, a implantação do ZEE-SP deve se apoiar em uma base organizada de informações territoriais. Aqui, mais uma vez deve ser destacada a RedeZEE-SP, plataforma integrada de planejamento e gestão do território, formada por uma base de informações territoriais e por um ambiente virtual de análise e discussão. Na RedeZEE-SP, todos os dados e indicadores utilizados na elaboração do ZEE-SP, assim como aqueles que serão nela incluídos ao longo de sua implementação, estarão disponibilizados e acessíveis à consulta pública. É importante que toda a sociedade, especialmente os gestores públicos, estejam capacitados a utilizar e disseminar as informações da RedeZEE-SP e, nesse sentido, estão sendo projetados vídeos tutoriais e capacitações voltados ao aprendizado de todas as suas funcionalidades. Com isso, espera-se que a implantação do ZEE-SP garanta um amplo acesso às informações, possibilitando maior transparência da administração pública e o exercício do controle social.

#### **Subsídios ao desenvolvimento e integração de políticas públicas, à orientação de investimentos públicos e privados e suporte às políticas ambientais**

De diversas maneiras, o ZEE-SP deve subsidiar a elaboração, revisão e implementação de políticas públicas setoriais em escalas variadas, orientar o planejamento de investimentos públicos e privados e balizar os processos de fiscalização, compensação, recuperação, restauração e licenciamento ambientais. Em termos estratégicos, o ZEE-SP gera subsídios ao fornecer uma visão regional e multitemática do território, com a identificação de potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas. Em termos operacionais, a partir da produção, organização e disponibilização de dados, indicadores e informações estratégicas amplamente acessíveis, assim como da criação e do fomento de ambientes de discussão e análise das dinâmicas ambientais e socioeconômicas das diferentes regiões do estado.

Como apontado, a elaboração do ZEE-SP gerou uma série de produtos, a saber, cartas síntese, cenários, relatórios técnicos socioeconômico e de análise integrada, projeções climáticas, zoneamento, diretrizes aplicáveis por zonas ecológico-econômicas e a própria RedeZEE-SP. Indubitavelmente, todos estes produtos constituem rico material de subsídio à tomada de decisão e à identificação de áreas e ações prioritárias para a elaboração e adequação de políticas setoriais, bem como para a realização de investimentos públicos e privados. Subsidiarão, também, a análise de processos de fiscalização, compensação, recuperação, restauração e licenciamento ambientais, além de embasar a consolidação e o aprimoramento de parâmetros e critérios de licenciamento ambiental, licenciamento urbanístico, aprovação edilícia e concessão de outorgas de uso de recursos hídricos, por exemplo.

No que se refere especificamente ao objetivo de subsidiar e integrar planos, programas e projetos, é importante destacar que o ZEE-SP já vem cumprindo seu papel, ao propiciar discussões estratégicas e trocas de informações ao longo da elaboração e revisão de diferentes políticas de impacto territorial, como o ZEE costeiro, os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs), os Planos de Desenvolvimento Econômico Sustentáveis (PDES) e os Planos de Manejo das Unidades de Conservação, entre outros. Os Planos Diretores municipais, especialmente suas leis de Uso e Ocupação do Solo, também podem se valer das informações e das diretrizes aplicáveis apontadas pelo ZEE-SP, detalhando, na escala do município, os parâmetros mais gerais estabelecidos pelo instrumento. A ideia é que esses planos, programas e projetos possam coexistir no território, respeitando suas especificidades e buscando sua compatibilização.

### **Monitoramento e revisão**

A implementação do ZEE-SP também pressupõe o monitoramento e a revisão do instrumento. O monitoramento se dará pelo acompanhamento de três dinâmicas:

1. Evolução dos indicadores que compõem o ZEE-SP e dos produtos que caracterizam o diagnóstico e o prognóstico (incluindo as cartas síntese, os cenários, as projeções climáticas e o relatório socioeconômico);
2. Incorporação das diretrizes estratégicas, do diagnóstico, do prognóstico, da análise integrada, do zoneamento e das diretrizes aplicáveis no desenvolvimento de políticas públicas setoriais e na execução de investimentos públicos e privados; e
3. Articulação institucional no desenvolvimento e implementação de políticas públicas setoriais e no planejamento e execução de investimentos públicos e privados, considerando também a utilização da RedeZEE-SP para estes fins.

Papel importante será desempenhado pela CEZEE-SP nesse sentido, já que a mesma deverá fornecer, anualmente, um relatório sobre a inserção do ZEE-SP em suas respectivas políticas públicas setoriais, relatório este que deverá ser consolidado e avaliado pela Secretaria Executiva do ZEE-SP.

Os dados, indicadores e informações que compõem o ZEE-SP serão continuamente atualizados e integrados à RedeZEE-SP, respeitando a respectiva periodicidade de atualização. Já os documentos que caracterizam o diagnóstico e o prognóstico do ZEE-SP, além da análise integrada, serão atualizados a cada quatro anos, por resolução do Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente e após manifestação da CEZEE-SP. A partir do acompanhamento das três dinâmicas mencionadas, o monitoramento do ZEE-SP dará subsídios para a revisão do zoneamento e das diretrizes aplicáveis das zonas ecológico-econômicas, o que ocorrerá a cada dez anos, conforme determina a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC).

Com base em uma governança multitemática e multinível que viabilize a articulação institucional e a ampla participação pública, bem como em um sistema de compartilhamento e de atualização constante de informações, espera-se que o ZEE-SP cumpra seu papel estratégico e operacional e contribua, efetivamente, para o alcance da sustentabilidade ambiental e socioeconômica no estado de São Paulo.

## 6. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A construção do ZEE é de grande complexidade e depende do envolvimento de agentes públicos e privados, além de parcerias institucionais e parcerias com entidades da sociedade civil. Como apontado, a participação social na construção do ZEE-SP foi bastante intensa e esteve alicerçada nos diversos fóruns setoriais e regionais da estrutura de governança prevista para o processo.

Durante o ano de 2016 foram realizadas mais de 80 reuniões com os representantes do GT-SAP-ZEE para identificar e sistematizar dados, informações e indicadores biogeofísicos, socioeconômicos, de infraestrutura, de políticas públicas e de organização jurídico-institucional, constituindo a Base de Informação Territorial (BIT) do ZEE-SP.

Com o objetivo de debater e integrar os temas trabalhados pelos GTs, foram realizadas duas oficinas no mês de julho e dois seminários nos meses de setembro e dezembro de 2016. As oficinas reuniram os coordenadores temáticos e os técnicos participantes dos GTs e constituíram a etapa de preparação para os seminários. No “I Seminário de Integração do GT-SAP-ZEE” foram apresentados os trabalhos preliminares dos sete Grupos Temáticos e identificadas as correlações entre os temas, para definir a estratégia de integração. No “II Seminário de Integração do GT-SAP-ZEE” foram apresentados e debatidos os resultados dos trabalhos dos GTs, documentados no “Relatório Final do GT-SAP-ZEE: Subsídios para a Construção da Base de Informações Territoriais Ambientais”.

A partir dos esforços de construção da BIT, os coordenadores e participantes dos GTs realizaram, no primeiro semestre de 2017, reuniões para subsidiar os trabalhos de metodologia e de operacionalização das etapas de construção do ZEE que seriam contratadas a partir do final do ano. O resultado dessas reuniões foi apresentado e debatido em reunião de setembro de 2017, a qual contou com a participação do Secretário de Estado do Meio Ambiente.

Entre os meses de junho e outubro de 2018, foram realizadas 12 oficinas junto aos representantes dos 21 CBHs do estado com o objetivo de complementar dados, indicadores e informações da BIT, subsidiar o diagnóstico do zoneamento e iniciar a participação pública no processo do ZEE-SP. Essas oficinas, organizadas com apoio das Secretarias Executivas dos CBHs, reuniram mais de 1.100 representantes e colaboradores dos segmentos poder público federal, estadual e municipal, universidades e institutos de pesquisa, sociedade civil organizada e organizações não-governamentais (Figuras 6, 7, 8 e 9).

**FIGURA 6. OFICINA EM TATUÍ**



**FIGURA 7. OFICINA EM PIRACICABA**



FIGURA 8. OFICINA EM RIBEIRÃO PRETO



FIGURA 9. OFICINA EM GARÇA



Fonte: SIMA (2021).

Nas oficinas, os participantes destacaram as características socioeconômicas e ambientais de cada região, os conflitos e os consensos em torno do planejamento e da gestão dos recursos hídricos, os fatores que contribuem ou dificultam o alcance de cada diretriz estratégica do ZEE-SP e as ações governamentais, do setor produtivo e da sociedade civil existentes ou necessárias para o alcance de cada diretriz. Além de sistematizados em tabelas, os fatores foram mapeados sempre que possível pelos participantes, para registro de sua ocorrência no território. A sistematização dessas contribuições resultou em um quadro analítico de correlação entre os elementos-chave, que são temas relacionados aos fatores que contribuem ou dificultam o alcance de cada diretriz, e as ações existentes ou necessárias para o tratamento ou a resolução de cada elemento-chave<sup>1</sup>.

Em seguida à realização das oficinas, foram realizadas mesas de diálogo, que constituíram reuniões com representantes de entidades ambientalistas, de segmentos do setor produtivo<sup>2</sup> e das universidades e institutos de pesquisa (Figuras 10, 11, 12 e 13). A organização e a realização das mesas com as entidades ambientalistas e as universidades e institutos de pesquisa transcorreram no período de outubro a dezembro de 2018<sup>3</sup> e tiveram como objetivos: apresentar a proposta de trabalho de construção do ZEE-SP; possibilitar a troca de experiências das entidades, associações, pesquisadores e docentes e técnicos do Sistema Ambiental Paulista; compartilhar projetos, pesquisas, ações desenvolvidas e visões sobre o

<sup>1</sup> Para as diretrizes 4 e 5, os fatores foram agrupados em temas definidos pela Secretaria Executiva do grupo de trabalho do Sistema Ambiental Paulista formado para o projeto ZEE-SP.

<sup>2</sup> Sociedade Brasileira Rural (SBR) no dia 16/10/2018; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo no dia 18/10/2018; Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) nos dias 31/10/2018 e 07/02/2019; Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FECOMERCIO) nos dias 13/12/2018 e 14/02/2019.

<sup>3</sup> A mesa de diálogo com as entidades ambientalistas ocorreu no dia 26/10/2018 e contou com a presença dos representantes das entidades: Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO), Instituto Ilhabela Sustentável, Associação Retorno das Árvores (RDA), Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS), Instituto SIADES - Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Democracia e Sustentabilidade (IDS), The Nature Conservancy (TNC Brasil), Instituto Argonauta, Instituto Conservação Costeira (ICC), Associação Socioambientalista Somos Ubatuba (ASSU). A mesa de diálogo com universidades e institutos de pesquisa ocorreu no dia 10/12/2018 e contou com a presença de docentes e pesquisadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)/Campus Diadema, Universidade Federal do ABC, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI/USP), Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP), Instituto Geológico da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

território do estado, buscando correlacioná-los às diretrizes estratégicas do ZEE-SP e replicá-los dentro do projeto; e aportar dados, indicadores e informações ao diagnóstico e ao prognóstico do zoneamento.

A organização e a realização das mesas com representantes de alguns setores produtivos ocorreram no período de outubro de 2018 a fevereiro de 2019 e tiveram como objetivos: apresentar a proposta de trabalho de construção do ZEE-SP; mapear as dinâmicas, os condicionantes e as demandas dos setores, correlacionando-os às diretrizes estratégicas do ZEE-SP; e identificar variáveis de cenarização para o zoneamento.

**FIGURA 10. MESA DE DIÁLOGO COM REPRESENTANTES DAS ENTIDADES AMBIENTALISTAS**



**FIGURA 12. MESA DE DIÁLOGO COM REPRESENTANTES DO SETOR PRODUTIVO – MINERAÇÃO**



**FIGURA 11. MESA DE DIÁLOGO COM REPRESENTANTES DAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS DE PESQUISA**



**FIGURA 13. MESA DE DIÁLOGO COM REPRESENTANTES DO SETOR PRODUTIVO – SUCROALCOOLEIRO E FLORESTAL**



Fonte: SIMA (2021).

No ano de 2020, mais uma rodada de reuniões com agentes públicos teve início. Em 15 de outubro de 2020 foi feita a reunião de apresentação e posse dos membros da CEZEE-SP, a primeira reunião plenária da comissão, com ampla participação dos representantes das 12 secretarias de estado. A partir de então, foram realizadas 17 reuniões bilaterais com as Secretarias de Estado (Figura 14), com o objetivo de apresentar e recolher contribuições para os produtos preliminares elaborados até aquele momento, ou seja, as cartas síntese e o relatório de caracterização socioeconômica do estado.

Ainda em 2020 foi realizada mais uma reunião plenária da CEZEE-SP para apresentação da RedeZEE-SP e suas funcionalidades, a qual foi seguida de quatro reuniões bilaterais específicas de discussão da rede. O ano se encerrou com uma última reunião plenária da CEZEE-SP, de balanço das reuniões bilaterais até então ocorridas e para a apresentação do plano de trabalho para o ano seguinte.

FIGURA 14. REUNIÕES BILATERAIS COM TÉCNICOS DA SIMA E DA CEZEE-SP



Fonte: SIMA (2021).

Em 2021 seguiu-se uma sequência de 20 reuniões bilaterais para aprimoramento e validação dos produtos de diagnóstico e de prognóstico pela CEZEE-SP, incluindo ajustes dos indicadores utilizados nas cartas síntese, apresentação da metodologia de cenários e apresentação das projeções climáticas, assim como discussões sobre a construção de contextos específicos de cada pasta componente da CEZEE-SP na RedeZEE-SP. Além das reuniões bilaterais, foram realizadas cinco reuniões plenárias da CEZEE-SP, sendo três de apresentação e aprovação das cartas síntese, do relatório socioeconômico, dos cenários e das projeções climáticas; uma de apresentação do Plano de Ação Climática; e uma de apresentação e de validação da proposta de zoneamento e respectivas diretrizes aplicáveis. Tais reuniões trouxeram maior robustez e permeabilidade institucional aos produtos do ZEE-SP.

No mesmo ano, foram elaboradas mais duas reuniões importantes de articulação institucional, uma com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e outra com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que revelaram a possibilidade de utilização das informações levantadas e organizadas no âmbito de elaboração do ZEE-SP como subsídio para a formulação de duas importantes políticas públicas estaduais: os Planos de Desenvolvimento Econômico Sustentáveis (PDES), desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), em parceria com o IPT; e os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU), coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), em parceria com a FIPE. Essas reuniões de articulação institucional avançaram também no ano de 2022, com discussões sobre a inserção do ZEE-SP no Plano Plurianual (PPA), no Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE), no edital de fomento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e de articulação com os PDUIs.

Em dezembro de 2021 a análise integrada, o zoneamento e as diretrizes aplicáveis foram apresentados na 406ª reunião ordinária do CONSEMA. Além de representar grande avanço para a implementação do ZEE-SP, a apresentação no CONSEMA foi o marco da abertura da consulta pública da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo.

Entre 15 de dezembro de 2021 e 15 de abril de 2022, os produtos do ZEE-SP ficaram disponíveis para consulta pública no site da SIMA, abertos à análise e envio de contribuições.

No mesmo período, foram realizadas nove reuniões regionais virtuais com os 21 Comitês de Bacias Hidrográficas do estado, entre 18 de fevereiro e 18 de março de 2022; oito mesas de diálogo com setor produtivo, acadêmico e sociedade civil, entre 29 de março e 11 de abril<sup>4</sup>; e três reuniões na Comissão de Políticas Públicas (CPP) do Conselho Estadual de Meio Ambiente, nos dias 25 de fevereiro, 4 de março e 22 de março. Realizadas no âmbito de discussão pública do ZEE-SP, tais reuniões tiveram o intuito de discutir a proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de São Paulo, destacando todos os seus produtos e suas estratégias de implementação. Cabe destacar que as reuniões regionais com os CBHs tiveram uma média de 100 participantes cada, via plataforma *Teams* ou *Youtube*, e cerca de 300 visualizações posteriores das gravações de cada uma das reuniões.

O processo de participação pública redundou em cerca de 148 contribuições abordando, dentre outros, a necessidade de incorporação de documentos adicionais na análise, questionamentos quanto à delimitação de zonas por agrupamentos de RAs ou a necessidade de incorporação de outros temas relevantes na proposta, como energia, mineração ou povos e comunidades tradicionais. Ao todo, 337 contribuições foram sistematizadas e avaliadas, agregando os formulários da consulta pública e as manifestações ocorridas durante as reuniões, resultando em incorporações e aprimoramentos em todos os produtos do ZEE-SP. Em junho de 2022 foi realizada a 9ª reunião plenária da CEZEE-SP, na qual foi apresentado um balanço de todo o processo de consulta pública.

Em 3 de agosto de 2022 foi realizada a Audiência Pública do ZEE-SP, com 142 participantes, sendo 118 na forma virtual e 24 na forma presencial. Durante a audiência houve 15 manifestações orais e escritas, que se somam às nove manifestações encaminhadas nos cinco dias úteis subsequentes ao evento. As contribuições da audiência foram sistematizadas e avaliadas pela equipe da SIMA, resultando em aprimoramentos do instrumento. Por fim, em 31 de agosto de 2022 a proposta de ZEE-SP foi apresentada na 414ª reunião ordinária do plenário do CONSEMA, tendo sido aprovada por seus conselheiros.

Em resumo, de 2016 até 2022 foram realizadas aproximadamente 170 reuniões de discussão do ZEE-SP, incluindo debates entre técnicos da SIMA, oficinas regionais junto aos CBHs, mesas de diálogo com agentes públicos e privados, discussões bilaterais com representantes da CEZEE-SP, reuniões de articulação com outras políticas públicas e apresentações no CONSEMA, além de nove reuniões ordinárias com a CEZEE-SP e uma audiência pública. Complementarmente às reuniões, os produtos do ZEE-SP ficaram quatro meses abertos à consulta pública, recebendo críticas e sugestões diversas. Um processo consistente de participação pública que levou ao aprimoramento do instrumento, garantindo a sua legitimidade e assegurando a comunicação e transparência ao longo de todo o processo.

---

<sup>4</sup> Participaram das mesas de diálogo representantes de entidades da sociedade civil, da ANAMMA, da FIESP/FAESP (setores agropecuários/agroindustriais), da FIESP (setores industriais), da academia e institutos de pesquisa, do CAU-SP, da Geografia/FFLCH-USP e do Participe!/CEA-SIMA.

## BIBLIOGRAFIA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil**. Brasília: MMA, 2006.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SAE/PR. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Detalhamento da Metodologia para execução do Zoneamento Ecológico-Econômico pelos Estados da Amazônia Legal**. Brasília: SAE/PR; MMA, 1997.